



7 Lisboa
Março 15H00



ESCOLA informação

N.º 228 . MARÇO 2009 . MENSAL . 0,50€



**Pela suspensão desta avaliação
Por uma revisão positiva do ECD
Contra a divisão da carreira em categorias**

LEITURAS



d'Espiney, Rui (org.)

Espaços e sujeitos de cidadania

Setúbal, Instituto das Comunidades Educativas, 2006.

Em Abril de 2005 realizou-se em Palmela o Congresso de Cidadania que encerrou o ciclo das comemorações dos 30 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974. António Nova foi um dos intervenientes neste evento com uma comunicação significativamente intitulada "Escola e Cidadania-Apontamentos Incómodos". Esta comunicação contra a corrente pedagoga dominante é, desde logo, "incómoda", pois, não visa construir uma "escola de afectos", mas uma escola empenhada na formação crítica dos alunos. António Nóvoa rompe com a ideia de que a escola deverá ser uma "instituição de regeneração, de reparação e de salvação da sociedade" (p. 24), ou seja, uma instituição que assume tarefas que poderiam e deveriam ser desempenhadas por outras instâncias e redes familiares, culturais, religiosas e associativas.

À escola **transbordante** defen-

didada por uma certa pedagogia, António Nóvoa contrapõe uma escola **retraída** como marco da contemporaneidade. A nova escola deve ser fundamentalmente uma organização centrada na aprendizagem, pois "uma escola que não fornece aos seus alunos, a todos os seus alunos, os instrumentos básicos do conhecimento e da cultura não é uma «escola cidadã», por mais que se enfeite com chavões de emancipação de libertação ou de cidadania" (pp.35-36).

Mais aprendizagem implica necessariamente mais sociedade no sentido de que a escola deve ser entendida mais como lugar de diálogo e de trabalho em conjunto do que como uma comunidade centrada nos afectos. Esta não deve também ser uma instituição encerrada em si própria, mas capaz de comunicar com outros públicos, o que contribuirá para redimensionar o papel do professor como interveniente na actividade política e no debate social e cultural.

Em suma, conclui António Nóvoa, "mais aprendizagem, mais sociedade e mais comunicação" são as dimensões de uma escola que se quer **abrangente**, mas não **transbordante**, pois "a contemporaneidade exige que tenhamos a capacidade de recontextualizar a escola no seu lugar próprio, valorizando aquilo que é **especificamente escolar**, deixando para outras instâncias actividades e responsabilidades que hoje lhe estão confiadas" (p.38).■

BLOGS



<http://bilroseberloques.blogspot.com/>

Blogue da Dirigente do SPGL, Isabel Pires, de cunho político, onde expõe as suas ideias e conhecimentos sobre Educação e políticas educativas. O título foi escolhido baseado no seguinte texto: Diz-se onde há redes há rendas Homens de barba rija, que enfrentam sem temor os mares revoltosos, viviam ao lado das

rendas de bilros feitos por mãos femininas com agulhas de barbela com berloques pendurando a teia de fios que davam ensejo à fértil imaginação feminina. Manebos de honrosos berloques atreviam-se, debatiam-se contra forças indomáveis, mostrando a massa de que eram feitos os seus berloques".

Actualmente neste país vivemos numa era de importação de modelos de acção, o debate de ideias e ideológico está fora de moda como se fosse "coisa" para saudosistas.

O novo paradigma conceptual da nova sociedade tecnológica, do saber que é saber fazer, está aviltado pelos mais desirmanados políticos e intelectuais com voz na nossa praça.

Foram-se à vida as Redes de diálogo, trocas e a inquietude de lavar o terreno das ideias. As teias de solidariedade, dos fios apertados das rendas, transformaram-se na ambição e no descartável do consumo também dos valores e no medo de existir em conjunto.

A catarse de ser casta de superior valor por se ser político conferindo direitos divinizados ainda está por fazer. Temos uma classe política, na sua maioria, mal-educada, pouco cidadã, irresponsável, imatura, sem ideias e sem berloques.

Precisamos Urgentemente de Ideias e de Berloques. ■



<http://www.ruiisoaresesteves.com/>

Blogue para amantes de fotografia.

Como o autor se define é um fotógrafo de estúdio, ele não tira fotos, faz fotos. O estúdio fotográfico hoje não se confina a um pequeno espaço, mas sim todo o mundo ao nosso redor é um grande palco.

Nos Postes que coloca faz análise técnica da fotografia, máquinas e acessórios, assim como vai evoluindo o lugar da fotografia nos dias de hoje. De qualidade gráfica irpreensível.

A não perder. ■



POR QUE VOLTAM OS PROFESSORES E OS EDUCADORES ÀS RUAS DE LISBOA?

No próximo dia 7 de Março, os professores e educadores portugueses vão voltar a encher as ruas de Lisboa. Vão fazê-lo com um formato novo: vão unir num extenso e denso cordão humano o Ministério da Educação (Av. 5 de Outubro), a Assembleia da República e a residência oficial do Primeiro-Ministro, isto é, as três instituições que, de uma forma ou outra, são os responsáveis pelo caos que se instalou nas nossas escolas. E, ao mesmo tempo que denunciam os responsáveis por uma política em tudo alheia aos interesses das escolas, dos alunos e dos professores, vão reafirmar a sua disposição para continuar a lutar por um modelo de avaliação de desempenho que seja pedagogicamente útil, justo e impulsor de boas práticas e da melhoria das aprendizagens. Vão dizer bem alto e de viva voz que só quem não sabe o que é uma escola básica ou secundária pode conceber que nelas haja uns – os titulares – que são mais professores que outros – os “simplesmente professores”. Vão dizer de forma nítida que é justo premiar os docentes que revelem uma prática pedagogicamente superior à média, mas que para isso não é justo impor a existência de quotas, um mecanismo que inevitavelmente criará as mais gritantes injustiças, tornando a possibilidade de atingir essas classificações de mérito excepcional numa espécie de lotaria.

A escolha de 7 de Março não é ocasional. Pretendemos recordar a megamanifestação do dia 8 de Março do ano passado, a que julgávamos irrepetível com os seus 100000 professores e educadores que marcharam entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço. E que foi suplantada pela ainda maior manifestação do passado dia 8 de Novembro.

O dia 7 de Março de 2009 – mais uma vez um sábado – vai ficar também como uma página memorável desta incansável luta da classe docente. É que é mesmo preciso que nos convençamos que não nos podemos cansar: a luta que os professores e educadores, numa superior manifestação de unidade que supera as diferenças de pensamento, as simpatias partidárias e as filiações sindicais, vêm travando pela defesa da dignidade da profissão, recusando a política fácil do “faz-de-conta” que o ME e o Governo tentam instituir, será certamente longa e difícil. E mobilizará as melhores vontades, a de quem não desiste de lutar por uma escola melhor e mais justa numa sociedade que se pretende também cada vez mais justa.

A aposta é forte. Alguns quilómetros separam estes três locais. Que ninguém falte, que ninguém hesite porque temos que conquistar o futuro! ■

Nota: Para os professores e educadores da área do SPGL o local de concentração é o Marquês de Pombal.



ficha técnica:

Director: António Avelãs . **Chefe de Redacção:** Manuel Grilo . **Conselho de Redacção:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, Delfim Campos . **Redacção:** Lígia Calapez. **Paginação e Grafismo:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha. **Composição:** Idalina Martins, Lina Roque . **Revisão:** Luisa Pereira . **Fotos:** Jorge Caria . **Impressão:** SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 . Periodicidade: Mensal. Tiragem: 29 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



Neste número:

2 Sugestões

4 BD . Contactos

5 Dossier

A luta contra este modelo de avaliação

13 Reportagem

Mutações sociais e pedagogia

14 Escola/Professores

14. Em troca de nada...

15. Plenário de contratados
e desempregados

16. Ensino Superior – Progressões
e promoções bloqueadas
Conversas ao fim da tarde...

17. Aprender Português – Entrevista
com Carla Oliveira

20. Encontro do 1º C.E.B.

21. Dia Internacional da Mulher

29 Aos sócios

Sobre a luta dos professores e educadores

(...) A mola que fez passar os professores e educadores dos 20000 de Outubro de 2006 para os 120000 de Novembro de 2008 e desencadeou as greves na casa dos 90% de adesão, foi a tentativa ministerial de impor um regime de avaliação de desempenho, ao que parece copiado de países da América Latina, sem qualquer sustentação científica e pedagogicamente inútil, mas concebido para dividir e isolar os docentes e fazer sentir a “autoridade” do director – ainda designado de Presidente do Conselho Executivo. Um processo absurdo, inexecutável, que traz no seu bojo todo um cortejo de arbitrariedades e injustiças. (...)

PÁGINA 9





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 228 MARÇO 2009

■ A LUTA CONTRA ESTE MODELO DE AVALIAÇÃO

A luta contra este modelo de avaliação continua na ordem do dia. E exprime-se de diversas formas. Nas grandes manifestações de rua, na acção sindical, nos tribunais. E nas escolas. Formas diversas aqui ilustradas ou referenciadas. A par de uma análise mais aprofundada das razões de ser da luta dos professores e educadores.■

“Tomamos todas as posições em conjunto”



Dossier

Entrevista com Lina Carvalho

O repúdio do actual modelo de avaliação, imposto pelo ME, assume, no Agrupamento de Escolas de Santo Onofre, das Caldas da Rainha, contornos diferentes dos que têm vindo a ser mais comuns numa luta que engloba centenas de escolas por todo o país, e nomeadamente na área da grande Lisboa. Em entrevista ao EI, Lina Carvalho, presidente do Conselho Executivo, sublinha que “nunca dissociámos os três documentos *reformistas* deste governo”. Uma perspectiva mais global, com naturais consequências no processo que se vem a desenvolver. E em que “todas as tomadas de posição têm sido unânimes. Tanto no Conselho Executivo como no Conselho Pedagógico.”

EI - Como é que se desenvolveu – e está a desenvolver – no agrupamento, o processo contra este modelo de avaliação?

Lina Carvalho – No nosso Agrupamento de escolas, este processo tem vindo a desenvolver-se de uma forma diferente do que acontece na maior parte dos agrupamentos.

E isto, porquê? O processo mais comum foi, desde que saiu o Decreto-Regulamentar nº 2/2008, os docentes começarem a prestar atenção ao modelo em si, a todas as incongruências e anacronismos e à impraticabilidade do modelo, e a agrupar-se, a fazer moções, a apresentar pedidos de suspensão.

No nosso Agrupamento as coisas ocorreram de maneira diferente.

Antes de mais porque nós – no Conselho Executivo e no Conselho Pedagógico – nunca dissociámos os três documentos *reformistas*, digamos assim, deste governo.

Isto passou-se em relação ao **Estatuto da Carreira**, que desde o princípio analisámos, e dirigimos críticas no que diz respeito à hierarquização, à forma de hierarquizar, aos professores titulares, à injustiça da selecção, à injustiça das vagas.

Depois, fomos liminarmente contra o Decreto-Lei nº 75/2008, com o novo regime de **Autonomia e Gestão**. É um modelo de gestão

que, de certo modo, nos tira a legitimidade. Aquela legitimidade que nos é dada pelos nossos pares. Porque, uma coisa é sermos eleitos por 70-80% da comunidade educativa, outra coisa é sermos escolhidos por entrevista, como vai acontecer com os directores executivos. Por outro lado, também tivemos sempre grandes dúvidas em relação às capacidades de um órgão como o Conselho Geral Transitório, nomeadamente devido à sua composição, à transitoriedade de alguns dos seus membros, como é o caso dos encarregados de educação.

Em relação a todas estas questões manifestámos o nosso repúdio, fizemos um documento, tomámos

logo posição.

No que respeita ao **Decreto-Regulamentar nº 2/2008**, o repúdio também foi unânime. Os docentes começaram a aperceber-se de que aquele modelo é impraticável. Que tenta o impossível – que é medir coisas que são imensuráveis. E medi-las de uma forma burocrática e pouco correcta e pouco justa. E pouco assertiva. E pouco objectiva.

Temos assim, no nosso Agrupamento, um processo de algum modo inverso do que tem sido mais comum nas escolas.

O ano passado, ficámos-nos pela avaliação dos contratados, muito embora eu pense já que foi um processo obscuro. Fi-lo obrigada, com medo de prejudicar os docentes.

E este ano?

Este ano, começámos a trabalhar neste processo logo no início do ano, mas de uma forma diferente do que é normal. Ou seja: eu pedi a todos os docentes - pedi é uma redundância, porque todos eles são responsáveis e já o tinham feito antes – que lessem com muita atenção, não só o decreto lei e tudo o que lhe está subjacente, mas sobretudo que estudassem muito bem as fichas de avaliação, de autoavaliação. Entretanto, no Conselho Executivo, fizemos o mesmo e, em particular, um levantamento exaustivo daquilo que se pede ao Conselho Executivo – a avaliação dos docentes nas outras três dimensões que não a científico-pedagógica.

Começámos então a contabilizar tudo quanto era relatório, acta, toda a documentação, outros instrumentos de registo de que precisaríamos para avaliar 180 docentes. E fizemos um documento apresentando à Sr.ª ministra esses dados, e dizendo-lhe que nos considerávamos claramente incapazes de fazer o que nos era pedido. Este documento foi apresentado no Conselho Pedagógico, que o ratificou por unanimidade.

Digamos que o processo começou por cima. Os órgãos reguladores da escola é que implementaram,

é que pediram, é que sugeriram, apontaram a necessidade da suspensão do modelo. E os professores manifestaram todos o seu acordo.

Entretanto, quando vieram os *simplexes*, analisámo-los e chegámos à conclusão que o *simplex* não é mais do que uma maquilhagem que complica ainda mais o processo.

E para nós, no nosso Agrupamento, isto é algo extremamente complicado.

Porquê?

No nosso Agrupamento, temos uma complicação acrescida, que advém do facto de, tal como eu disse, nunca termos dissociado os vários documentos legislativos deste governo. E assim, tendo manifestado um repúdio em relação ao novo modelo de gestão, não temos Conselho Geral Transitório. Os procedimentos para o Conselho Geral Transitório tiveram lugar em Setembro, dentro das datas e com todo o protocolo previsto, mas os docentes não apresentaram lista. Fizemos diversas diligências no sentido de solucionar esta questão. Acabámos por receber uma orientação por escrito para se fazer novo processo eleitoral, já no final do ano civil de 2008. E nós, apesar de não haver pressuposto legal para tal, não há nada no Decreto-Lei nº 75/2008 que diga que o processo eleitoral se deve processar *ad infinitum* se não houver candidatos, fizemos o que nos foi indicado. Repetimos o processo eleitoral e, mais uma vez, não houve candidatos docentes. O que prova que as pessoas estão unanimemente empenhadas nesta luta. Portanto, não temos Conselho Transitório.

Voltámos a oficial para a DREL, a presidente da Assembleia de Escola foi convocada para uma reunião e ficou mais ou menos incumbida de tentar ver se haveria alguém interessado em formar uma Comissão Provisória.

Fizemos uma reunião geral de professores dos 11 estabelecimentos do agrupamento. A presidente da Assembleia de Escola apresentou

o caso e perguntou mais uma vez, se as pessoas teriam mudado de ideias, se os docentes gostariam de apresentar uma lista ao Conselho Geral Transitório, e todos – por unanimidade – manifestaram a intenção de não o fazer. Depois perguntou publicamente, na presença de todos os docentes e dos educadores, se havia alguém interessado em formar uma Comissão Provisória e ser o Director Executivo. E, para o caso de as pessoas ficarem retraídas naquela situação pública, deu até ao dia seguinte para que a abordassem individualmente. Não apareceu ninguém. Ninguém quis.

Da parte dos professores, é uma posição bem clara! E, então, qual a situação actual?

Não temos os documentos reguladores de acordo com o novo regime – porque o Conselho Geral Transitório é que teria que os fazer. Como tal, não temos regulamento interno adequado à estrutura organizativa dos Departamentos Curriculares. Ou seja – nós temos sete Departamentos Curriculares, mais o de Educação Especial, e ainda três Conselhos de Docentes. Enquanto que, de acordo com o que o ME entretanto definiu, as vagas para titular, as quotas, os universos de avaliadores, etc., giram todos à volta de quatro. Ou seja, as estruturas de gestão intermédia estão organizadas de acordo com as decisões tomadas no quadro da autonomia dos órgãos de gestão do Agrupamento, e são completamente diversas da estrutura criada pelo ME em 2007.

Face a esta disparidade, nós não temos possibilidade de determinar quem são os avaliadores de quê, de quem.

Por exemplo – o grupo/departamento das expressões, de acordo com o anexo que vem no Decreto-Regulamentar nº 1 A/2009, inclui a educação física, as artes, tecnologias, e a educação especial. Ora nós temos três coordenadores – temos o coordenador de educação física, o coordenador de educação especial, o coordenador de artes e tecnologias. Então agora como é

que nós fazemos, qual destas pessoas é que vai avaliar os outros? Depois, o *simplex* - nomeadamente com a opção de os docentes poderem escolher alguém do seu grupo de recrutamento para ser seu avaliador – também veio acrescentar mais confusão. Porque dá lugar a situações que não têm o menor sentido.

Por exemplo?

Por exemplo – eu tenho um grupo de educação especial que tem três docentes. E nenhuma delas é titular. Vamos supor que vão a concurso. Vão com a sua graduação profissional, as três em igualdade de circunstâncias. Mas, se uma delas entender que deve ser avaliada por uma pessoa do seu grupo de recrutamento, então alguma delas terá que ser escolhida para ser titular em função de serviço. Essa colega passa automaticamente ao universo dos avaliadores. Logo, às quotas do muito bom e excelente dos avaliadores. Logo, ela tem mais hipóteses de ter uma menção de muito bom ou excelente, e parte para o concurso já numa situação superior às outras, quando à partida estão em igualdade de circunstâncias.

Mais ainda – eu não sei se a colega pertence ao nosso departamento de artes e tecnologias. Ela iria ser avaliada pelo seu coordenador de artes e tecnologias. Mas como o universo do anexo proposto pelo Ministério junta as expressões todas, eu não sei quem nomear em comissão de serviço, porque não sei quem vai pertencer a que universo.

E portanto temos uma pescadinha de rabo na boca que não se sabe muito bem como resolver.

Eu já disse isto tudo para a DREL, quando me pediram o calendário. O nosso calendário foi condicional e condicionado a isto. Quando nos resolverem estas questões, então poderemos avançar.

Parecem ser questões dificilmente resolúveis...

Houve uma reunião em Lisboa,

com os presidentes dos conselhos executivos que têm demonstrado mais dificuldades na aplicação do modelo. E as orientações que recebemos é para aplicar o que se puder aplicar. Nesta altura temos uma batalha jurídica, em torno da possível ilegalidade e inconstitucionalidade de algumas destas medidas. E enquanto isto não ficar resolvido, é para cumprir o que está na lei. Mesmo que mais tarde venha a provar-se ser inconstitucional.

No entanto, nós não podemos fazer nada. Não temos mesmo hipótese de avançar. Não temos suporte legislativo. Quem é que vai agora mudar o regulamento interno? Seria o Conselho Geral Transitório. Que não existe. E cuja legislação apresenta uma omissão grande – o legislador não pensou que poderia não haver candidaturas dos docentes. Mas de facto nós não queremos um director executivo. E como tal as pessoas não se apresentam. É tão simples como isso.

A legislação diz que até Maio de 2009 o director executivo tem que estar escolhido. Eleito ou nomeado pelo director geral. Se for nomeada uma comissão, obviamente daremos lugar à comissão, mas vamos querer perceber porque é que somos destituídos antes do prazo, porque não fizemos nada para isso. Apresentámos um calendário condicionado às contingências e aos constrangimentos que temos. Marquei a entrega dos objectivos individuais - embora não visse interesse em os colocar na calendarização, porque não constam em nenhum dos quadros normativos, mas por uma questão de não prejudicar docentes - para a primeira semana do terceiro período. E marquei a entrega das fichas de avaliação, de autoavaliação, para depois das aulas terminarem, em Junho – Julho. Até porque - é óbvio – não é possível avaliar antes de terminar o trabalho.

Eu penso que é uma abordagem lógica. E assim os docentes vão trabalhando com calma, fazendo projectos. Vão fazendo o seu trabalho.

A concluir, que gostaria de salientar?

Vou sair, obviamente. Mas tenho a noção clara de que não sacrifiquei as pessoas, a sua vida pessoal, com reuniões até às tantas, com *pedagógicas* noite dentro. Que protegi as pessoas que me elegeram, no fundo.

A minha função está um pouco dividida – eu sou representante da tutela, mas também sou representante das pessoas que me elegeram. E o que eu tenho tentado fazer é proteger as pessoas de uma coisa que eu acho inexequível. E que em muitos, muitos casos, está a causar doenças, depressões, mau clima de escola. Está a destruir carreiras. Em nome de uma coisa que, daqui a um ano ou dois, foi só uma onda que passou. Mas aqueles que se reformaram com grandes penalizações, já ninguém os vai ressarcir do que passaram, e do dinheiro que estão a perder, e da desilusão com que terminaram uma carreira que se calhar abraçaram com toda a boa vontade. E vou tentar fazer os possíveis para que o menor número possível de docentes seja afectado por isso.

Gostaria de salientar que não se trata de uma posição individual. Gostaria muito de salientar que temos uma equipa óptima, uma equipa muito coesa. Que tomamos as posições em conjunto. E todas as tomadas de posição – todas por voto secreto - têm sido unânimes. Tanto no Conselho Executivo como no Conselho Pedagógico. O que é uma coisa fantástica.

E temos um grupo de docentes que é especial. Que é bom, que é coerente e que dá gosto representar. As pessoas estão decididas, e estão serenas e estão coesas. E vamos tentar levar isto até ao fim. São professores que têm muita honra em ser professores. Apesar das pisadelas que têm levado. Dos encontrões. São pessoas que realmente querem fazer o seu trabalho. É só mesmo com este espírito de grupo que se consegue. Eu ponho ênfase no espírito de grupo do Agrupamento. ■



Sobre a luta dos professores e educadores

António Avelãs

Presidente do SPGL

O pior modo de analisar a actual luta dos professores e educadores é não ter em devida conta o que pretende o governo e as suas justificações “oficiais” e públicas. Convém pois que nos recordemos que este governo de José Sócrates se confrontou desde o início com um objectivo – evidentemente defensável dentro de certos limites: o de reduzir o deficit e, portanto, reduzir a despesa pública. Perito no uso da demagogia, o governo de Sócrates lançou mão de um conjunto de afirmações verdadeiras, sem cuidar das razões, que cairiam bem em população menos informada, facilmente movida pela aparente justiça de lutar contra os “que têm o que eu não tenho”. Assim surgiu a teoria do ataque aos privilégios. Que privilégios eram esses que a administração pública tinha, se comparada com os privados? E dentro da administração pública, quais os privilégios dos docentes? É com base nestes desideratos que o governo lança uma demagógica campanha contra os professores e educadores. Sabe que vai provocar reacções – que, contudo, serão muito mais impressionantes do que ele imaginou; mas sabe também que uma boa dose de demagogia fácil e a “negociação” do apoio explícito de um largo número de “fazedores de opinião” nos jornais, rádios e televisão permitirão pôr largos sectores da população a favor das medidas do governo contra os “privilegiados”. Conta sobretudo

com uma equipa ministerial que não conhece nada da realidade do ensino básico e secundário – aspecto perfeitamente despreciando, porque não é de educação que é preciso tratar, mas apenas de poupar dinheiro.

“Privilégios” a abater

Primeiro privilégio a abater: contrariamente ao que acontece nas empresas privadas e na generalidade da função pública, os professores podem na sua generalidade chegar ao topo da carreira. É pois necessário impedir que tal aconteça, transpondo para a realidade das escolas a lógica e o espírito das empresas: uma hierarquia bem definida e com poderes praticamente absolutos, traduzida quer na imposição da figura do director (momentaneamente, até pela provável falta de candidatos, aceita-se que tenham de ser professores, mesmo que venham do ensino privado) e pela criação de uma pequena “casta”, pomposamente chamada de “professores titulares” a quem competirá determinar quem é que dos “simplesmente professores” poderá ocupar as vagas abertas na carreira superior, vagas necessariamente sujeitas a quotas a negociar anualmente com o ministro das finanças, sendo que desde logo se estabelece um limite: o número dos titulares não poderá exceder um terço dos professores dos quadros das escolas/agrupamentos! Esta divisão é obviamente apresentada com uma feição moralizadora, ao nível do

mais baixo senso comum, repetido à exaustão por uma ministra e secretários de Estado que empenham a sua dignidade – humana e intelectual – em discursos de que se envergonharão quando deixarem esses cargos: não é evidente que os professores e educadores não são todos iguais, que há uns melhores que outros? A divisão da carreira não é a maneira de premiar os melhores? E como aceitar que os professores e educadores sejam os únicos funcionários públicos que não são avaliados? (Nota: aqui há uma dupla mentira: os docentes, desde há anos que são dos pouco funcionários públicos a serem de facto avaliados...) Fácil era de prever que os professores e educadores denunciasses que tal divisão da carreira, além de absurda, diminuiria para a maioria dos docentes – aqueles que não fossem titulares desde já – a sua expectativa salarial em cerca de 40%. Por isso o governo ou alguém a seu mando lançou, uns largos meses antes, mais uma mentirosa campanha: a de que os professores portugueses seriam dos mais bem pagos da Europa – tese que só é possível apresentar deturpando vergonhosamente os dados disponíveis, o que os Sócrates e as Lurdes Rodrigues deste país farão com um sorriso nos lábios... Tratava-se de atacar *mais um privilégio*: os que ganham demasiado!

Terceiro privilégio a abater, para gáudio da população desinformada: os professores têm horários reduzidíssimos e faltam desalma-

damente. Portanto há que “amarrá-los” às escolas – mesmo que estas não tenham quaisquer condições para que eles lá estejam de forma útil – para que possam, quando necessário, substituir os faltosos. Acontece que nem é verdade que os professores faltem muito, atendendo sobretudo à predominância feminina na profissão, nem é verdade que o horário dos professores portugueses seja, na generalidade, menos alargado que o dos restantes países europeus. Mas este discurso do ataque a uma classe que falta muito, que ganha principismente e que não se interessa nem pela escola nem pelos alunos cala profundamente na população desinformada!

Havia pois que ganhar a população contra os professores como sabiamente informou a senhora ministra. Para esse objectivo, além das campanhas de intoxicação da opinião pública contra os docentes, haveria que aproveitar algumas fraquezas da escola pública, atacá-las (ou pelo menos, fingir que se atacavam) de modo a que se elas não resultassem fosse sempre possível culpar os professores. É justo reconhecer que aqui o governo e o Ministério da Educação tomaram algumas medidas que se justificavam: as actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente o ensino precoce do Inglês, a racionalização da rede do pré-escolar com o encerramento de escolas que não tinham condições, a generalização das novas tecnologias. Mas, além de se ter de reconhecer o modo canhestro como foram instituídas as AEC's – situação que pouco melhorou entretanto -, e de que nem sempre se justificou o encerramento concreto de algumas escolas do 1º ciclo -, há também que denunciar que estas medidas foram tomadas sem ter em atenção os mais elementares direitos de quem trabalha: por exemplo, continua a haver professores cujo horário de trabalho se divide por várias escolas do mesmo agrupamento sem que o tempo gasto entre elas nem a despesa dos transportes estejam minimamente assegurados!

Energia e revolta

De que modo reagiram os professores e os educadores a esta campanha? Com energia e revolta. Embora boa parte dos docentes apenas tardiamente tenha tomado consciência do que estava em jogo. Convém recordar algumas datas de acções muito fortes de luta: a greve em período de exames em Junho de 2005; a manifestação em 5 de Outubro de 2006, então com 20.000 professores e educadores, considerada nessa data como a maior manifestação de professores; a manifestação de 8 de Março de 2008 – um mar de 100000 e, o que parecia impossível, ainda uma manifestação maior em 8 de Novembro passado – 120000! Além de duas greves – 3 de Dezembro de 2008 e 13 de Janeiro de 2009 -, ambas com adesão extraordinária, tão extraordinário que o próprio ME teve de reconhecer o seu sucesso. Pelo meio, um abaixo assinado com 70000 assinaturas, vigílias, etc. Poderá afirmar-se que nunca em Portugal se vira uma classe profissional a reagir com tanta energia!

A mola que fez passar os professores e educadores dos 20000 de Outubro de 2006 para os 120000 de Novembro de 2008 e desencadeou as greves na casa dos 90% de adesão, foi a tentativa ministerial de impor um regime de avaliação de desempenho, ao que parece copiado de países da América Latina, sem qualquer sustentação científica e pedagogicamente inútil, mas concebido para dividir e isolar os docentes e fazer sentir a “autoridade” do director – ainda designado de Presidente do Conselho Executivo. Um processo absurdo, inexequível, que traz no seu bojo todo um cortejo de arbitrariedades e injustiças. Numa primeira fase, a reacção dos docentes permitiu que a maioria das escolas manifestasse publicamente a sua rejeição do aborto que lhes era imposto, obrigando o ME a uma versão “simplificada” do modelo para este ano – tal como já acontecera no ano lectivo passado! E, na fase actual, calcula-se

que cerca de 40% dos professores e avaliadores, arrostando com todas as chantagens e ameaças e tendo consciência dos prejuízos materiais e de carreira que podem vir a sofrer, se mantêm firmes recusando a entrega dos objectivos individuais, isto é, recusando eticamente, alimentar uma gigantesca fraude.

E agora, que futuro?

Todos já percebemos que a luta contra este modelo de avaliação de desempenho docente é inseparável da revisão do Estatuto de Carreira Docente, nomeadamente de uma revisão do ECD que termine com a divisão entre professores e titulares, que acabe com as quotas na atribuição de avaliações de mérito excepcional e com as vagas para acesso a qualquer escalão da carreira docente. Como – e bem o demonstra o projecto de avaliação de desempenho lançado pela FENPROF – exigirá a revisão do modelo de gestão imposto e uma concepção de escola em tudo contrária à visão administrativa desta equipa ministerial e deste governo. Será por isso uma luta longa, provavelmente uma luta de anos. Como a experiência já nos ensinou, a vitória nestas “guerras” assenta na vitória em muitas batalhas mais reduzidas. Obrigar o ME a um “simplex2” foi uma pequena – mas importante - vitória dos professores; há condições para ganharmos a batalha em torno dos “objectivos individuais”e, por arrastamento, de obrigar o ME a abandonar de vez o seu monstruoso projecto de avaliação de desempenho. E não haja dúvida de que seria importante para a luta dos professores pelo regresso à paz, tranquilidade e bom senso nas nossas escolas que não se repetissem maiorias absolutas!

Entretanto, em 7 de Março, comemorando o 1º aniversário da primeira Megamanifestação - 8 de Março de 2008 – regressaremos em força à rua. Que a luta vai ser longa e difícil. Mas os professores e os educadores têm a razão do seu lado. ■

FENPROF anuncia continuação do combate a este modelo de avaliação e acções de luta



Iniciativas com vista a combater o modelo de avaliação imposto pelo ME e a levar à sua suspensão:

1. Não entrega, pelos docentes, dos OI e pedido de devolução por parte de quem os entregou;
2. Exigência de fundamentação legal das Notificações que estão a ser enviadas aos professores;
3. Interposição de acções administrativas especiais de impugnação de actos administrativos fundamentados em normas ilegais do actual modelo de avaliação e, eventualmente, entrega de pedidos de declaração de ilegalidade circunscritos a casos concretos das referidas normas;
4. Requerer, junto do Ministério Público a declaração de ilegalidade de normas do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009;
5. Requerer junto do Provedor de Justiça, PGR e Grupos Parlamentares que seja suscitada a fiscalização sucessiva e abstracta da constitucionalidade do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, de 5 de Janeiro;
6. Recurso aos tribunais por quebra do princípio de confiança dos administrados (professores e presidentes dos conselhos executivos) em relação à administração educativa, em particular à DGRHE. Através do seu site, recorrendo à figura de FAQ's, ou de respostas que envia às escolas são transmitidas orientações que as levam a incorrer em ilegalidades e poderá fazer com que alguns PCE's, por observarem tais

instruções, sejam processados judicialmente. Quebrado que está o princípio da confiança, falta saber se tal decorre de ignorância ou má-fé.

Posição sobre a estrutura da carreira:

1. A FENPROF não aceita qualquer proposta que mantenha as categorias, logo, a que o ME apresentou é inaceitável, tanto mais que, na prática, cria uma terceira categoria;
2. A FENPROF não aceitará qualquer proposta que possa eliminar as categorias, mas, na prática, as mantenha, com a existência de determinados patamares da carreira a que apenas um grupo de docentes teria acesso (dependendo das vagas que fossem abertas, depois de autorizadas pelas Finanças);
3. Em 8 de Março, 8 de Novembro, 3 de Dezembro, 22 de Dezembro de 2008 e em 19 de Janeiro de 2009, os professores foram claros nas suas reivindicações. De entre as mais claramente assumidas destacaram-se a de eliminação das categorias, de revogação das quotas e de supressão da definição de contingentação para acesso a qualquer patamar da carreira. Garantir a diferenciação pelo mérito absoluto e não fazer a sua distinção através de mecanismos administrativos é posição inequívoca dos professores e da sua mais representativa organização sindical;
4. A FENPROF honrará o com-

promisso que tem com os Professores e Educadores, não subscrevendo qualquer acordo que não contemple os seus objectivos de luta.

Relativamente à acção e luta dos Professores e Educadores, a FENPROF decide:

1. Manter todas as já referidas no sentido da suspensão do actual modelo de avaliação;
2. Entregar Pré-Aviso de Greve à observação de aulas, para um período compreendido entre 26 de Fevereiro e 27 de Março;
3. Realizar um Grande Cordão Humano no dia 7 de Março que una os grandes responsáveis pelo conflito que se instalou na Educação: Ministério da Educação, Assembleia da República e Primeiro-Ministro;
4. Garantir uma grande participação dos Professores na Manifestação Nacional do próximo dia 13 de Março, promovida pela CGTP-IN contra as políticas do actual governo e que estão na origem de tudo quanto se tem abastido sobre a Educação, a Escola Pública e os seus trabalhadores, designadamente os docentes;
5. Promover, entre 20 e 24 de Abril, uma Semana de Consulta aos Professores sobre as acções e lutas a desenvolver ao longo e no final do 3.º terceiro período lectivo.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2009

O Secretariado Nacional

**Mário Nogueira**

Secretário-Geral da FENPROF

Carta Aberta aos Presidentes dos Conselhos Executivos

Colegas,

Todo o processo relacionado com a avaliação de desempenho está a ser extremamente complexo e doloroso para os professores, incluindo, naturalmente, os que exercem funções nos órgãos de gestão das escolas. Se outras razões não existissem para suspender o modelo que o Ministério da Educação impôs, estas seriam suficientemente fortes para que o Governo já tivesse ouvido os Professores, incluindo os membros dos órgãos de gestão, as organizações sindicais, os partidos políticos da oposição e diversos dos seus próprios deputados e dirigentes. Essa suspensão seria o ponto de partida para que todos nós, os que pugnamos por uma Escola Pública de Qualidade e sabemos da importância de dignificar e valorizar a profissão e os profissionais docentes, pudéssemos reflectir, debater e aprovar um novo modelo de avaliação, formativo e relevante para o desempenho dos docentes.

Chegámos ao momento de serem fixados os objectivos individuais de avaliação (OI) e muitos colegas decidiram não os entregar, abdicando de um direito que a lei lhes confere, mas, precisamente por ser direito, não obriga a que o exerçam.

Na ausência de um quadro legal diferente daquele que existe, responsáveis do Ministério da Educação referem-se a abstractas penalizações e a DGRHE, quer através de respostas que envia às escolas, quer de alegados esclarecimentos que coloca na sua página electrónica ou divulga por correio electrónico, quer, ainda, através das designadas FAQ's, faz passar uma mensagem que é dúbia e está a levar muitos colegas Presidentes de Conselhos Executivos (PCE's), nas "Notificações" que entregam aos professores, a prestarem informações falsas e a incorrerem em ilegalidade.

É verdade que a auto-avaliação (primeira fase do processo avaliativo) deverá ter referências previamente fixadas, mas nada obriga o avaliado a propô-las e este não tem competência para as fixar.

Pode o avaliador, este ano o PCE, prescindir de fixar os OI, dada a simplificação que foi aprovada, pois, na verdade, os parâmetros e itens considerados ou não carecem de OI ou, os que, eventualmente, necessitariam, encontram-se fixados no Projecto Educativo de Escola (PEE), Plano Anual de Actividades (PAA) e Projecto Curricular de Turma (PCT). O que o PCE não pode é informar o avaliado que, por não ter apresentado a sua proposta de OI, isto é, por não ter exercido um direito, "estará impedido de elaborar a sua auto-avaliação", "estará impedido de ser avaliado", "deixará de lhe ser considerado o tempo de serviço para evolução na carreira" ou "produzir-se-ão efeitos previstos em [determinados] artigos do ECD".

Por serem ilegais aqueles procedimentos, os Sindicatos da FENPROF accionarão os mecanismos jurídicos e judiciais adequados sempre que um professor for notificado naqueles termos. Além disso, não pode o docente deixar de ser avaliado por razão imputável ao avaliador (por exemplo, decidir não avaliar porque o avaliado abdicou de exercer um direito), sob pena de, a este, se aplicar o

disposto no artigo 38.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, que prevê a destituição do cargo e a instauração de procedimento disciplinar.

Na opinião da FENPROF, a administração educativa está a agir de forma que não respeita o princípio da confiança a que está obrigada perante os seus administrados, designadamente os que exercem cargos e funções de direcção, levando-os a incorrer em procedimentos ilegais. Por essa razão, recorreremos aos Tribunais apresentando queixa contra a DGRHE por violação daquele princípio.

Colega,

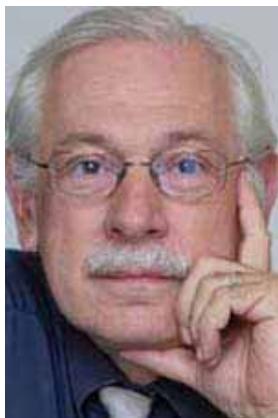
Procurando contribuir para a suspensão deste modelo de avaliação, a FENPROF irá, ainda, accionar os seguintes procedimentos:

1. Exigência, junto dos PCE's, de fundamentação legal das Notificações que estão a ser enviadas aos professores;
2. Decorrente do anterior, interposição de acções administrativas especiais de impugnação de actos administrativos fundamentados em normas ilegais do actual modelo de avaliação e, eventualmente, entrega de pedidos de declaração de ilegalidade circunscritos a casos concretos das referidas normas;
3. Requerimento, junto do Ministério Público, para declaração de ilegalidade de normas do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009;
4. Apresentação de requerimento, junto do Provedor de Justiça, PGR e Grupos Parlamentares, no sentido de ser suscitada a fiscalização sucessiva e abstracta da constitucionalidade do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, de 5 de Janeiro;

Contamos consigo, como contamos com todos os Professores na construção de uma Escola Pública de Qualidade e na dignificação dos profissionais e do exercício da profissão docente.

Com os melhores cumprimentos,
um Abraço

Mário Nogueira



Conferência de Philippe Meirieu

Mutações sociais e pedagogia

Os desafios que hoje se colocam aos educadores e professores, face às mutações sociais em curso, foi o actualíssimo tema abordado por Philippe Meirieu, na Conferência que teve lugar dia 17 de Fevereiro na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Um tema dissecado pelo pedagogo francês, que pôs a tónica na possibilidade de transformar a crise que hoje se vive na educação numa nova oportunidade.

Regressar aos fundamentos da pedagogia, ao “trabalho autenticamente pedagógico” é de algum modo a “receita” (num domínio onde naturalmente não há receitas) de Meirieu, num mundo em que, como é sintetizado na apresentação da conferência, “o desaparecimento de referências comuns e a emergência do individualismo social, a aceleração vertiginosa das evoluções tecnológicas e a ascensão em força das economias pulsionais em todos os domínios colocam os educadores perante desafios totalmente inéditos”.

Em causa está, nas palavras de Meirieu, partir de dois princípios fundamentais: todos podem aprender e crescer; ninguém pode obrigar ninguém a aprender e a crescer. Agir entre estas duas polaridades – o princípio da educabilidade e o princípio da liberdade - é o trabalho de “bricolage” que se coloca à pedagogia.

A pedagogia afirma-se assim como um domínio de complexidade que, ao arrepio de todos os esquematismos, não é nem

fatalismo nem voluntarismo, e simultaneamente implica transmissão de conhecimentos e emancipação do sujeito.

Repensar conceitos e práticas

Repensar conceitos (demasiado) genéricos surge aqui como uma necessidade fundamental. Trata-se de redefinir o que são verdadeiramente “os métodos activos”, “o interesse do aluno”, “a personalização das aprendizagens”, “a construção dos saberes”, “a pedagogia da descoberta”, “a avaliação formativa”, “a formação em autonomia”.

Passo a passo, Meirieu alerta para uma abordagem em que “métodos activos” deve pressupor que sejam intelectualmente activos. Em que partir do “interesse do aluno” significa também abrir portas a novos interesses. Mobilizar em torno de tarefas tem como real conteúdo o “fazer ao serviço do compreender”. A diferenciação pedagógica deve corresponder a “abrir o leque de possibilidades”. A aprendizagem não se deve resumir à aquisição de competências. O “aprender a aprender” se deve processar “aprendendo alguma coisa”. Ou

ainda a “avaliação formativa” não implica abandonar a exigência.

Num momento em que alguma confusão marca as próprias funções da escola, o pedagogo francês sublinha que a necessária resposta a questões sociais precisas não deve levar a escola a abandonar a perspectiva universalista, ligando o particular ao universal. Na perspectiva de que a cultura é “deitar abaixo os muros”.

Dom, ciência, arte?

Recusando, à partida, definir a pedagogia como um dom, Meirieu considera também não se tratar de uma ciência. Porque pedagogia é “trabalhar com pessoas”, o que envolve “fazer diferente do previsto”, improvisar, o que põe em causa o rigor do método científico.

Tão pouco será uma arte. Antes uma “arte de fazer”. É, de certo modo, na “bricolage” que se opera entre os dois pólos – o princípio da educabilidade e o princípio da liberdade -, no ligar e diferenciar, na transmissão de cultura, que a pedagogia se afirma. ■



Em troca de nada...

A publicação do chamado Estatuto do Aluno (Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro) desencadeou uma série de protestos, de alunos e pais, como é sabido de todos. Em causa esteve, principalmente, a alteração ao regime de assiduidade dos alunos.



Luís Viana
Dirigente do SPGL

Uma das alterações decorrentes da lei foi a redução do número de tempos lectivos de faltas permitido aos alunos, mormente no tocante às faltas sem justificação, do correspondente a três semanas de frequência para duas. Além disso, foi igualmente fixado um limite para as faltas devidamente justificadas, o correspondente ao triplo da carga semanal. Estávamos habituados a uma distinção “clara” entre faltas justificadas e não justificadas, assim como

aos respectivos efeitos.

Um dos pontos mais polémicos terá sido a forma como essa distinção se esfumou, exactamente nos efeitos para as diferentes situações de “excesso grave de faltas”. Tanto no caso de um excesso de faltas injustificadas, como no de justificadas, de acordo com a letra da lei, o desfecho previsível passou a ser o da retenção ou exclusão prematuras do aluno. Isto, mesmo que o cúmulo de faltas se devesse, por exemplo, a um período mais prolongado de doença. Ora, tal não era aceitável. Mas não era esse, ao que nos dizem, o espírito do normativo. As escolas não souberam lê-lo, leia-se – se conseguirem – os

professores não souberam lê-lo. Nem os pais, nem os alunos, nem... Os espíritos são difíceis de consultar, como se sabe, e são acessíveis apenas a alguns privilegiados, poucos. Daí que, talvez após uma sessão espírita de emergência, se tenha feito publicar o Despacho 30265/08, de 24 de Novembro. Ficou aí claro que “da prova de recuperação realizada na sequência das três semanas de faltas justificadas não pode decorrer a retenção, exclusão ou qualquer outra penalização para o aluno, apenas medidas de apoio ao estudo e à recuperação das aprendizagens”, assim prescreve o respectivo ponto cinco. Reposta a razoabilidade da coisa, ga-

rantido o estreitamento dos limites de faltas, resta questionar a utilidade prática das alterações subsequentes no tocante aos efeitos, qual o seu contributo para o incremento do grau de exigência almejado, para um maior envolvimento dos pais no percurso escolar dos educandos, para a melhoria das aprendizagens, para a promoção do sucesso escolar e educativo dos alunos.

É certo que fazia já parte das obrigações dos Directores de Turma manter Pais e Encarregados de Educação informados acerca da evolução dos alunos quanto à assiduidade. Neste particular, nada se alterou, como não se alterou a muito vulgar convivência/cumplicidade de pais e alunos nesta matéria, principalmente, pela dificuldade de controlo da veracidade da alínea k) do artigo 19º, ponto 1, do diploma, onde se estabelecem os critérios de justificação das faltas, e que cito: “Outro facto impeditivo da presença na escola, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno ou seja, justificadamente, considerado atendível pelo director de turma ou pelo professor titular de turma”. Frequentemente, aos pais mais ausentes, ou mais cúmplices, correspondem também os alunos com maiores problemas no seu percurso. Não se vislumbra qualquer melhoria neste domínio, até porque as actuais condições de vida da maioria da população não facilita o diálogo com a escola nem um acompanhamento mais próximo dos filhos. E aí talvez algo pudesse ser feito ...

Quanto às próprias faltas, elas acumulam-se de formas muito díspares. Nalguns casos, elas ocorrem em períodos delimitados, por desnorte temporário do aluno ou por doença. Essas situações têm sido detectadas atempadamente pelos professores ou comunicadas pelos pais, e sido objecto de intervenção adequada - independentemente do sucesso da iniciativa - no sentido da resolução do problema e da recuperação do aluno. Noutros casos, as faltas vão ocorrendo de forma dispersa no tempo, ao longo dos meses. Se esse facto pode explicar uma variação negativa no desempenho do aluno, a situação terá sido já alvo da atenção do respectivo conselho de turma em

vários momentos, as consequências negativas ter-se-ão já tornado visíveis, assim como terão sido já dados passos no sentido de conseguir uma inflexão no comportamento verificado.

É útil recordar que, pelo menos no que toca aos segundo e terceiro ciclos do ensino básico, se terão já realizado, no momento, três reuniões de conselhos de turma: intercalar do primeiro período, final do primeiro período, intercalar do segundo período. Em qualquer dos momentos, terá sido feito um ponto de situação quanto ao desempenho de cada um dos alunos, terão sido analisadas as situações problemáticas, propostos, elaborados e alterados os planos de recuperação ou acompanhamento para os alunos em causa. Da execução e dos resultados desses planos terão dado conta os professores envolvidos - fá-lo-ão de novo - nos momentos próprios, que não distam entre si mais que um mês e meio a dois meses. Tem sido assim, nada de original.

Parece-me pertinente perguntar que prova de recuperação específica se pode elaborar para um aluno que faltou uma vez em Setembro, duas em Novembro, e agora no final de Janeiro? Ou que medida disciplinar, que plano de recuperação propor àquele outro que a partir de certa altura não foi mais visto na escola? Não terão os docentes, o Director de Turma, efectuado as necessárias diligências para superar as situações? Porquê então, e para quê, o afã da maioria dos professores - a ver o exemplo concreto da escola onde trabalho - desdobrando-se em provas sobre provas, com prejuízo de tempo útil de aula, a uma semana da realização de mais um conselho de turma intercalar? Diria, para finalizar, e salvo melhor opinião, que a obsessão do controlo, da normalização de procedimentos, da produção de instrumentos de registo, de registos de estatísticas, de... está a atingir os limites da paranóia e a afastar-nos, cada vez mais, do que verdadeiramente conta. Estes mecanismos revelam um formalismo destituído de sentido que penaliza ainda mais o já suficientemente sobrecarregado quotidiano do professor, que o consegue ser cada vez menos... em troca de nada. ■

Plenário de professores contratados e desempregados

Por lapso da redacção não foi divulgada uma das moções aprovadas no Plenário de Professores Contratados e Desempregados do dia 14 de Janeiro, noticiado na edição anterior desta nossa revista. Pelo facto apresentamos as nossas desculpas aos proponentes da moção (Carlos Vasconcellos e Paulo Ambrósio) e aqui a publicamos.

Moção aprovada no Plenário de Professores e Educadores Contratados e Desempregados em Lisboa no dia 14 de Janeiro de 2009

Vinculação Dinâmica, Já!

Os professores contratados e desempregados reunidos no dia 14/01/2009, em plenário convocado pelo SPGL, tendo analisado o contínuo agravamento da sua situação sócio-profissional, decorrente das medidas anti-educativas que vêm sendo persistentemente assumidas pelo ME,

A – Exigem que seja aplicado a todos os professores contratados um processo de vinculação dinâmica, em condições similares às estabelecidas na Lei Geral do Trabalho (LGT).

B – Consideram fundamental que a FENPROF elabore urgentemente um Plano de Luta, calendarizado até final do ano lectivo, **incluindo expressamente a hipótese de greve às avaliações finais**. Plano esse que terá de incluir, como uma das reivindicações centrais, **a vinculação dinâmica dos professores contratados, de acordo com a Lei Geral do Trabalho**.

ENSINO SUPERIOR

Progressões e promoções bloqueadas É preciso reagir!

João Cunha Serra

Coordenador do Dep. de Ens. Sup. e Investigação do SPGL

O Governo bloqueou, desde 30/8/2005, as progressões nos escalões, tendo-as desbloqueado a partir de 1/1/2008, sem que, contudo, tal tenha produzido qualquer efeito, por responsabilidade do MCTES que não negociou ainda um sistema de avaliação de desempenho próprio das carreiras que tutela.

Devido a este atraso, corre-se o risco de vir a ser posto em causa, na prática, o direito à progressão desde 1/1/2008. É preciso pôr termo a esta indefinição.

É também necessário dar urgentemente solução ao facto de haver um grande número de docentes e investigadores estagnados nos seus salários e carreiras, por se encontrarem há muito tempo no último escalão da sua categoria sem possibilidades de progredir, ou por não lhes terem sido proporcionadas reais oportunidades de promoção à categoria superior, devido às restrições aos quantitativos máximos por categoria e, sobretudo, às limitações orçamentais impostas pelo Governo.

Ficar simplesmente à espera do que virá a acontecer pode transmitir a ideia errada de que os docentes do ensino superior e os investigadores não se preocupam com os seus salários, nem com o reconhecimento e recompensa da qualidade do seu trabalho.

Por essa razão, a FENPROF decidiu propor a todos os docentes do ensino superior e a todos os investigadores que assinem um abaixo-assinado on-line, onde se reclamam soluções para estes problemas.

O abaixo-assinado pode ser lido e assinado usando o endereço: <http://www.fenprof.pt/abaixoassinado/escaloes/>

Importa não pactuar com este estado de coisas e reclamar os nossos direitos!

Conversas ao fim da tarde...

Departamento do Ensino Superior retoma "Conversas ao fim da tarde..."

O Departamento do Ensino Superior retoma as "Conversas ao fim da tarde...", um conjunto de palestras a realizar até ao final do presente ano lectivo, preenchendo o horário de fim de tarde, entre as 17 e as 19 horas.

Esta iniciativa visa divulgar trabalhos dos nossos associados, independentemente do seu carácter científico, pedagógico, cultural ou mesmo lúdico, procurando romper as habituais barreiras académicas ou sectoriais e estabelecer outros diálogos.

O Departamento espera, desta forma, contribuir para a criação de um espaço privilegiado de debate de ideias, condição essencial ao pleno exercício da actividade docente e para o desenvolvimento de uma cidadania participativa.

As palestras realizar-se-ão preferencialmente na sede do sindicato, tornado assim no espaço ideal para troca de experiências.

As primeiras sessões já agendadas são as seguintes:

Dia 25 de Março, 4ª feira, 17 h

O ensino do Português como língua estrangeira,

por Carla Oliveira e David Crespo

Carla Oliveira (ver entrevista na página 17) e David Crespo leccionam há vários anos nos cursos de Português para estrangeiros que a Faculdade de Letras de Lisboa organiza. O multilinguismo nas escolas, a formação dos professores para esta realidade, e os materiais de apoio serão temas a abordar.

Dia 16 de Abril, 5ª feira, 17 h

O Papel da Música na Vida e na Educação da Criança,

por Ana Ferrão

Ana Ferrão, docente aposentada da ESE de Lisboa, dedica a sua vida à música, ao ensino, à partilha do Belo. *Sementes de Música* é o título do seu último livro. Para regar com carinho e ver despontar nas crianças o gosto pela música, até a das palavras. Sessão para todos, pais, filhos, avós, educadores...

Dia 7 de Maio, 5ª feira, 17 h

Sobre as origens do Universo e da Vida,

por Orfeu Bertolami

2009, Ano Internacional da Astronomia, Bicenténario do nascimento de Charles Darwin e 150º aniversário da publicação da sua revolucionária "A Origem das Espécies". Temas para ouvir Orfeu Bertolami, astrofísico, professor, divulgador científico.

Oportunamente será divulgado o calendário das palestras previstas para Junho.

Aprender português

Entrevista com Carla Oliveira

Carla Oliveira lecciona há 17 anos cursos de Português língua estrangeira na Faculdade de Letras de Lisboa. Em parceria com Luisa Coelho e a convite do Prof Malaca Casteleiro, iniciou a colecção “Aprender Português” para a Texto Editores, que conta já com 11 títulos publicados. Na entrevista que publicamos, fala-nos das motivações e dos objectivos deste projecto que ainda irá dar muito que falar. Para os mais interessados, Carla Oliveira inaugurará, no próximo dia 25 de Março, a 2ª série de “Conversas ao fim da Tarde”, um conjunto de palestras organizadas pelo Departamento do Ensino Superior que se prolongará até ao final do ano lectivo. (ver calendário na página 16).



EI - Nos últimos anos, a comunidade docente tem-se deparado com sérias dificuldades no que diz respeito aos materiais didácticos para o ensino específico do Português como língua estrangeira.

Foi isto que a motivou para a produção de novos materiais de ensino?

Carla Oliveira - Como professora de Português como língua estrangeira, há alguns anos que sentia precisamente essa dificuldade. Os materiais

que existiam ou eram obsoletos, não respeitando as novas realidades culturais e programáticas específicas para o ensino das línguas estrangeiras no espaço europeu, ou eram completamente desadequados ao público com o qual eu trabalhava. Foi a pedido de diversos professores portugueses e colegas de outros países que, em 2006, juntamente com uma colega, decidimos avançar para uma área que era realmente prioritária.

Decidimos trabalhar com o Quadro

Europeu Comum de Referência para as línguas (QECR) para estabelecermos os programas específicos para cada um dos níveis de aprendizagem do Português como Língua Estrangeira (PLE). Nesse aspecto, fomos pioneiras porque, até esse momento, não existiam outros materiais de ensino baseados nessa perspectiva.

Como somos professoras dos Cursos de Português Língua estrangeira da Faculdade de Letras de Lisboa há muitos anos, temos o público-alvo e o la-

boratório ideais para a elaboração de materiais. Também nós, enquanto professoras de PLE, sentíamos uma grande necessidade de ter materiais adequados, novos e que cumprissem as exigências de quem ensina e aprende uma língua estrangeira. Precisávamos de materiais que trabalhassem as quatro componentes de uma língua: a compreensão da leitura, a expressão escrita, a compreensão oral e a expressão oral.

O facto de estarmos permanentemente em contacto com alunos estrangeiros nos nossos cursos levou-nos a testar tudo o que íamos fazendo.

Começou, então, a colecção de materiais “Aprender Português”.

É verdade. Em 2006, a Texto Editores convidou-nos para elaborarmos materiais nesta área, uma vez que havia uma forte necessidade por parte dos professores. O convite foi aceite de imediato e já temos uma grande colecção publicada.

Para além de manuais que trabalham os três primeiros níveis de ensino de PLE, temos gramáticas com exercícios, livros para trabalhar a compreensão oral, um guia prático de conversação, etc.

Qual tem sido a receptividade por parte dos professores?

Tem sido excelente. Nós começámos a trabalhar na elaboração de materiais por motivos que se prendiam com as nossas próprias necessidades enquanto professoras. Neste momento trabalhamos para os outros professores também.

Esta colecção está a ter uma óptima aceitação no mercado português e também em muitos países estrangeiros onde o ensino de PLE tem uma forte implementação. Ao longo destes últimos anos temos visitado alguns países e sentimos que estamos no bom caminho. Os professores perguntam-nos

variadíssimas vezes quando é que publicamos materiais novos e dão-nos até sugestões para futuros trabalhos.

Uma das vossas áreas de actuação tem sido também a formação de professores para esta área específica.

Naturalmente. É preciso ver que muitos dos professores que trabalham no ensino da Língua Portuguesa para estrangeiros, em Portugal ou no estrangeiro, ou até os professores que têm como público nas suas salas de aula alunos oriundos de diversos países, se deparam com enormes dificuldades na gestão de uma nova realidade. As turmas deixaram de ser espaços homogéneos, culturalmente uniformizados, para passarem a ser espaços de encontro entre línguas e culturas variadas. Esses professores têm de ser fortemente apoiados através de uma formação profissional específica para lidarem com esses alunos.

É muito reconfortante verificar que, após algumas sessões de formação, muitos dos professores se sentem mais confiantes e resolvem muitos dos seus problemas de insucesso.

Muitos destes professores desconheciam por completo os novos programas para o ensino de PLE, não conheciam os novos materiais didácticos, enfim, sentiam-se completamente desapoitados.

O que é que ainda está por fazer nesta área?

Acho que ainda estamos no início de um processo que necessita do apoio de todos os intervenientes.

Pela Europa fora, há várias décadas que existe a experiência da sala de aula enquanto espaço multicultural e multilíngua. Em Portugal, esta realidade está, agora, a tornar-se mais acentuada.

Deste modo, devo dizer que ainda há muito, muito por fazer, quer na área da

formação específica, quer na área da elaboração de novos materiais para o ensino de PLE.

A colecção “Aprender Português” tem já vários títulos publicados. Que sugestões daria para a sua utilização a professores que vão utilizar os vossos livros pela primeira vez?

Eu e a minha colega costumamos dizer que um bom professor pode valorizar um material didáctico, mas que um professor mal preparado também o pode destruir.

Penso que a melhor sugestão seria a de conhecerem bem cada um dos nossos materiais; conhecerem os seus objectivos. Por exemplo, os manuais apresentam um trabalho que engloba as quatro componentes de aprendizagem, a compreensão oral e escrita e a expressão oral e escrita.

As gramáticas fazem um trabalho mais estruturado com as regras gramaticais e servem de apoio aos manuais.

Os livros de compreensão oral foram desenhados e pensados para um trabalho sistematizado e progressivo da compreensão do oral.

Enfim, cada um dos nossos materiais tem um objectivo didáctico que deve ser conhecido pelo professor que os vai utilizar em aula.

A título de exemplo poderia referir que se um professor não avaliar bem o nível do seu grupo, se não conhecer especificamente os níveis que estão na base da elaboração dos materiais, se não tiver uma clara noção dos níveis estipulados pelo Quadro Comum de Referência (QECR), dificilmente escolherá o material correcto para trabalhar com o seu grupo.

Nestes casos, penso que uma boa formação de professores poderá marcar a diferença entre o sucesso e o insucesso do processo de ensino/aprendizagem.

Nos manuais há temas

muito variados. Que critérios usam para seleccionar esses temas? Obedece a algum programa especial ou é uma escolha aleatória?

Como já referi anteriormente, nós trabalhamos com o Quadro Comum de Referência para as línguas. Os temas que seleccionámos para os nossos materiais, estão de acordo com um vasto leque temático que se relaciona com o quotidiano, o lazer, as áreas de trabalho e estudo, com os aspectos culturais de cada país, a história, a geografia, a cultura portuguesas, etc. Estes temas são abordados de uma maneira progressiva e servem de base a uma comunicação competente e ajustada às necessidades dos nossos aprendentes.

Se imaginar um aluno em fase de iniciação absoluta na aprendizagem de uma língua estrangeira, que habite nesse mesmo país estrangeiro, poderá facilmente inferir que as suas necessidades primordiais serão as de nível imediato na comunicação. Chamamos a este primeiro nível, o Nível de Sobrevivência. É óbvio que esse aprendente terá de comunicar em situações relacionadas com a sua identificação e dados pessoais, com situações simples relacionadas com o seu quotidiano.

Os níveis que estabelecemos para a aprendizagem de PLE relacionam-se com essas necessidades dos aprendentes. Foi isso que o QECR previu quando criou um quadro que se relaciona com tantas línguas europeias. Todos os falantes têm as mesmas necessidades comunicativas. Os materiais devem prever essas necessidades e apoiar-se em programas comuns que reflectam esse espírito.

A colecção “Aprender Português” já está completa ou ainda vão continuar com mais títulos?



Temos diversos projectos em mãos que serão divulgados muito em breve. A colecção “Aprender Português” vai continuar a crescer.

Como caracterizaria, do ponto de vista pedagógico e didáctico, a colecção “Aprender Português”?

Trata-se de uma colecção que aborda o ensino de PLE numa perspectiva comunicativa, estruturada e muito, muito coerente.

Do ponto de vista didáctico poderemos referir que esta colecção apresenta variadíssimas propostas para o trabalho em sala de aula. Os professores sentem que os materiais são de fácil utilização. Isto permite que mesmo os professores menos experientes nesta área de ensino os utilizem, conseguindo níveis de su-

cesso nas suas aulas excelentes.

Os livros “Aprender Português” destinam-se a um público-alvo específico ou podem ser utilizados por qualquer aluno em qualquer contexto?

Os livros desta colecção destinam-se principalmente a um público jovem-adulto. O seu contexto de utilização poderá ser o escolar ou não. Há muitas pessoas que estão a comprar os livros desta colecção para fazerem uma aprendizagem fora do meio escolar. Foi por esse motivo que nos pediram que fizéssemos soluções para todos os nossos materiais.

Ao contrário do que pensávamos, essas soluções também têm sido muito úteis aos nossos colegas. ■

Encontro 1º C.E.B.**Uma Escola,
Uma Profissão,
um Futuro**

O 1º Ciclo do Ensino Básico tem sido esquecido por diversos governos. Successivos ministérios da educação recusaram, ao longo de décadas, reconhecer a importância deste ciclo de ensino e dedicar-lhe as reformas e a atenção que este sector necessita e que os profissionais que aí trabalham têm, de há muito, vindo a reclamar.

Este governo alterou profundamente o modo de funcionamento das escolas do primeiro ciclo sem ter em conta as opiniões e soluções propostas por professores/as e pela restante comunidade educativa que, há muito, reivindicam a reorganização deste nível de ensino. As soluções impostas não respeitam as suas especificidades e têm contribuído para a

sua descaracterização.

As alterações introduzidas quer ao nível do Estatuto da Carreira Docente (horários, condições de trabalho, aposentação...) quer em inúmera legislação (resposta social, encerramento de escolas...) que submerge as escolas, devem fazer-nos reflectir também ao nível da formação inicial e contínua, currículos, competências e equipas educativas.

Neste sentido, sob o lema **“Uma Escola, Uma Profissão, Um Futuro”** o SPGL, propõe-se realizar este **Encontro do 1º Ciclo**, com o propósito de reflectir sobre estas temáticas, propondo linhas de acção e orientação.

Para isso, convidámos a reflectir conosco algumas das pessoas que mais têm analisado estas temáticas, com o intuito de promover uma verdadeira requalificação da escola pública do 1º ciclo a par com a redignificação da profissão docente. Propostas como a constituição de equipas educativas em todas as escolas do 1º Ciclo, a distinção entre o curricular e as respostas sociais, os modos de organização das escolas e a formação inicial e contínua dos professores serão objecto deste debate para o qual contamos com a vossa participação.

Participar neste encontro é contribuir para a construção de uma Escola Pública democrática, crítica e de qualidade!

21.03.09 . Lisboa
Auditório
do Montepio
(R. do Ouro, 241)

PROGRAMA

- 10h00** - Abertura
10h30 - Docência no 1º Ciclo: perspectivas e futuro
Paulo Sucena
11h00 - Desafios da formação de professores
Manuela Esteves
11h30 - Debate
12h30 - Almoço
14h00 - Currículo e Competências Essenciais do 1º ciclo
Sérgio Niza
14h30 - Que resposta social?
Ariana Cosme
15h00 - Debate
15h30 - Intervalo
15h45 - Valorização e dignificação do 1º ciclo: propostas do SPGL
Manuel Micaelo
16h15 - Debate
17h00 - Encerramento

Ficha de inscrição

Encontro do 1º ciclo . Uma escola, uma profissão, um futuro .
21 de Março de 2009 - 10h00 - 17h00

Nome _____

Tel.: _____ E-mail: _____

Sócio/a nº _____ Não sócio/a

Escola _____ Localidade: _____

Ensino Particular e Cooperativo Ensino Público

Situação profissional _____

Nota: Enviar via correio para Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3 – 1070-128 Lisboa ou via e-mail: spgl@spgl.pt

Várias são as razões para continuarmos a comemorar o dia **8 de Março** **Dia Internacional da Mulher...**

A violência vivida em casa às vezes não se ouve, nem se vê, mas ela interfere no sucesso de alunos e alunas, na sua actividade quotidiana e no desenho dos seus actos futuros. Sem nos apercebermos, por vezes, incluímos e não nomeamos nem distinguimos as diferenças, valendo-nos para isso de uma linguagem universal e neutra que não corresponde nem representa a diversidade existente.



A violência doméstica interfere nas aprendizagens porque ela é origem de grande instabilidade emocional e psicológica de alunos e alunas que quotidianamente assistem e são, por vezes, eles e elas também vítimas directas e indirectas de agressões, tendo que repentinamente abandonar o meio em que estavam inserido(a)s, deslocar-se para outra escola, deixando de contactar com pessoas conhecidas e sendo obrigado(a)s a manter-se no anonimato. Estas crianças assumem por vezes comportamentos desajustados e alheios às aprendizagens. É, assim, muito importante estar alerta para a integração destas crianças, pois nem sempre elas sabem expressar da forma mais correcta e adequada aquilo que viveram e estão a sentir. É importante que as escolas estejam dotadas de recursos humanos, sensíveis e sensibilizados para estas questões e desafios, de modo a prestarem o apoio necessário a quem viveu situações de extrema violência.

As mulheres são quem na sua maioria tem a carga a educação das crianças e, estando elas numa situação de grande fragilidade, não estarão em condições de fazer o acompanhamento eficaz e desejado das necessidades educativas dos/as educandos/as. Neste sentido, o ME deverá dotar as escolas de meios técnicos e humanos por forma a auxiliar e a dar apoio a estas crianças.

A coeducação é uma forma de prevenção da violência de género e de outras desigualdades, onde se torna necessário educar para a partilha, para os afectos e para o respeito

pela diferença e deverá constituir-se como uma área transversal presente nas diversas áreas curriculares.

Pese, embora, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999, ter proclamado **o dia 25 de Novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, os dados vindos a público colocam a humanidade perante um dos problemas mais dramáticos de desrespeito pelos mais elementares direitos humanos.**

Só durante 2008, segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), houve 64 tentativas de homicídio e 44 mulheres morreram em Portugal vítimas de violência doméstica.

Acresce, à violência doméstica, a violência no namoro, situação também já identificada com algum relevo através de estudos conforme vem sendo noticiado.

A par deste flagelo da violência doméstica a Comissão da Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN (CIMH) tem vindo a defender que urge denunciar e combater igualmente outras formas de violência como sejam:

A Violência resultante da discriminação e das desigualdades sociais: que submete as mulheres a constrangimentos, a discriminações, a desigualdades de oportunidades no acesso ao emprego, vivendo em extrema pobreza e tornando-se vítimas de tráfico (um estudo da ONU denuncia que as vítimas de prostituição e tráfico sexual são, na sua maioria esmagadora, desempre-

gadas e sem condições económicas de subsistência, oriundas de países muito pobres ou pobres).

A Violência resultante de discriminações laborais, discriminações salariais, assédio sexual, despedimento de mulheres grávidas (num claro desrespeito pela legislação em vigor), dificuldades em aceder a lugares e cargos de decisão e discriminação indirecta, nalgumas profissões, quando as mulheres não correspondem a determinados padrões estereotipados como, por exemplo, na aparência física e no vestuário.

A violência resultante de discriminação política, dos que, tendo o poder, teimam em não legislar ou não fazer cumprir a legislação, quando esta já existe. Não respeitando nem criando condições e estruturas de apoio para que as mulheres possam efectivamente participar em todas as componentes da vida social, cultural e política activa.

A Violência resultante da discriminação face à raça e à etnia que leva a que as mulheres sejam duplamente discriminadas; pois à discriminação de género acresce a discriminação face à cor da pele, à etnia e religião.

É por tudo isto que temos de continuar a comemorar o Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher.

A mudança de mentalidades é necessária e URGENTE!

Comissão da Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH/SPGL)

Comemorações do Dia Mundial da Mulher

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA MULHER

CONFERÊNCIA

SEGUIDA DE JANTAR (20h00)

6 de Março
17h00

Auditório do SPGL

“Trabalho e licenças por maternidade, paternidade e parentais: o debate em curso na União Europeia”
Drª Maria do Céu Cunha Rego

“Trabalho e Cidadania: perspectivas e emancipação”
Drª Maria José Maurício

SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

Nota: Conferência entrada livre – Jantar 14€. Inscrições até ao dia 3 de Março.

Conferência 6 de Março

**Auditório do SPGL
17h00**

Seguida de jantar

“Trabalho e licenças por maternidade, paternidade e parentais: o debate em curso na União Europeia”

Drª Maria do Céu Cunha Rego

“Trabalho e Cidadania: perspectivas e emancipação”

Drª Maria José Maurício

Jantar 20h00.

*Inscrições até ao dia
3 de Março*

Departamento de Professores
e Educadores Aposentados

6º Curso de Iniciação à Informática

Formadora - SOFIA PEREIRA

Objectivos Pedagógicos

Proporcionar aos formandos os conhecimentos básicos informáticos que lhes permitam explorar as potencialidades do computador e otimizar a sua utilização, explorando as regras básicas de segurança de acesso e navegação na internet.

Competências Adquiridas

No final da formação os formandos deverão ter aperfeiçoado o seu desempenho através da utilização das áreas tecnológicas seguintes:

- . Sistema operativo
- . Processamento de texto
- . Internet
- . Correio electrónico

Nº de Formandos

Mínimo 9 – máximo 18

Público-Alvo

Docentes sem conhecimentos de informática

Duração

8 sessões de 3 horas – total de 24 h

Calendarização

15, 20, 22, 27, 29 de Abril
e 4, 6, 11 de Maio

Horário

2ª e 4ª feiras das 14h00 às 17h00

Custo

Sócios – 15 euros
N/ sócios – 70€uros
(pagamento no acto da inscrição)

Inscrições - até 30 de Março

Critérios de selecção

- 1º - Sócios do SPGL
- 2º - Sócios de outros sindicatos da FENPROF
- 3º - Não sócios

Local - sala de informática do SPGL

Todos os inscritos serão contactados

**Ficha de Inscrição no site do SPGL
(www.spgl.pt)**

COMISSÃO DA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS / SPGL

Ficha de Inscrição

**Comemorações do Dia Mundial da Mulher
Jantar 6 de Março de 2009**

Nome _____

Idade _____ Nº de Sócio _____

Tel. _____ Email _____

Acompanhantes _____

Nota: Conferência entrada livre – Jantar 14 Euros .

Para mais informações contactar Maria Helena Gonçalves tm 917847722

Legislação

• **Despacho nº 31996/08, de 16 de Dezembro**
Altera o Despacho 20131/08, que determina as percentagens máximas para atribuição das menções de Muito Bom e Excelente

• **Despacho nº 32047/08, de 16 de Dezembro**
Altera o Despacho 19117/08, que determina a organização do ano lectivo de 2008/09

• **Despacho nº 32048/08, de 16 de Dezembro**
Delegação de competências no âmbito da avaliação de desempenho do pessoal docente

• **Portaria nº 1486/08, de 19 de Dezembro**
Aprova o Regulamento do Subsídio de Estudos

• **Portaria nº 1487/08, de 19 de Dezembro**
Aprova o Regulamento do Subsídio de frequência de Creche e de Educação Pré-Escolar

• **Portaria nº 1514/08, de 24 de Dezembro**
Procede à actualização do valor do indexante dos apoios sociais e à actualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de Segurança Social

• **Lei nº 64-A/08, de 31 de Dezembro**
Orçamento do Estado para 2009

• **Portaria nº 1553-C/08, de 31 de Dezembro**
Aprova a tabela re-

muneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais

• **Portaria nº 1553-D/08, de 31 de Dezembro**
Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídio de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez

• **Dec-Regulamentar nº 1-A/09, de 5 de Janeiro**
Estabelece um regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal docente

• **Dec-Regulamentar nº 1-B/09, de 5 de Janeiro**
Fixa o suplemento remuneratório a atribuir pelo exercício de cargos de direcção em escolas, bem como prevê a atribuição dum prémio de desempenho pelo exercício de cargos ou funções de director, subdirector e adjunto de agrupamento escolar

• **Despacho nº 701/09, de 9 de Janeiro**
Dá continuidade ao Programa de Formação com Ensino Experimental das Ciências para professores do 1º Ciclo do Ensino Básico

CONCURSO

“Prevenção da violência nas relações de namoro”



No âmbito da campanha de Prevenção da Violência nas Relações de Namoro, o SPGL promoveu um concurso para a elaboração de um panfleto com o objectivo de alertar os/as jovens para esta problemática. Este desafio foi lançado aos e às estudantes do ensino secundário e ensino superior artístico. Esta é uma problemática que tem vindo a verificar-se neste tipo de relacionamento, afectando o sucesso escolar de alunos e alunas, influenciando negativamente no quotidiano e auto-estima dos e das

jovens. Esta realidade, muitas vezes silenciada e ignorada, não pode deixar de ser “desvendada” pelos professores e professoras no respeito pelas opções individuais de cada aluno e aluna.

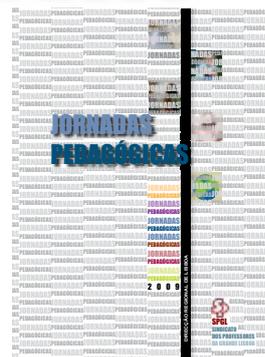
O SPGL, através desta iniciativa, pretende alertar para a situação, levando a que este tema seja debatido nas escolas, porque é urgente denunciar qualquer tipo de violência, também no namoro, promovendo a reflexão, a mudança de atitudes, comportamentos e mentalidades. O trabalho vencedor, cuja autoria é de Miguel Oliveira e Andreia Reis, foi seleccionado por um júri que reuniu no dia 13 de Fevereiro de 2009. O panfleto irá ser divulgado nas escolas EB2,3 e Secundárias da área do SPGL.

JORNADAS PEDAGÓGICAS 2009

Visita a Mértola foi adiada para o dia 16 de Maio de 2009

Devido à realização do Cordão Humano a 7 de Março integrado na Luta dos Professores a Visita a Mértola foi adiada para o dia 16 de Maio de 2009.

A Direcção





TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 977799

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 00172009GRL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

MANIFESTAÇÃO
NACIONAL

MUDAR DE 13 MARÇO RUMO



Exigir Emprego,
Defender a Escola Pública | Valorizar a Profissão Docente
Salários e Direitos

www.cgtp.pt • www.fenprof.pt